

**CLASSE TRABALHADORA, PARTIDOS POLÍTICOS E O SUJEITO
HISTÓRICO REVOLUCIONÁRIO: DEBATES E CONTRIBUIÇÕES NA
HISTÓRIA DO TRABALHO E NOS MOVIMENTOS SOCIAIS**

Henrique de Bem Lignani¹

Universidade Federal Fluminense (UFF)

E-mail: hbignani@hotmail.com

Introdução – Percursos da História do Trabalho

O campo da História do Trabalho passou por diferentes momentos desde o surgimento do interesse pela sua temática, produto de uma historiografia militante, até os dias de hoje. Ao longo desse percurso se destaca o período de sua constituição enquanto campo acadêmico nos anos 1960/1970, a partir do que passou a ser objeto de historiadores profissionais e deixou de lado o viés marcadamente militante presente no período anterior. No referido contexto, observou-se também a ampliação dos objetos de estudo, passando de uma história do movimento operário a uma história da classe trabalhadora, incorporando a investigação de aspectos culturais, das condições de vida e do cotidiano da classe². Porém, enquanto novos objetos eram priorizados por historiadores e historiadoras, alguns outros foram praticamente deixados de lado. É o caso dos movimentos políticos de trabalhadores e, mais especificamente, dos partidos políticos da classe trabalhadora (MONTEIRO, 2016, p. 241-243).

Partindo das constatações anteriores acerca do cenário atual na História do Trabalho, o presente texto considera a necessidade de retomar as pesquisas sobre partidos políticos e organizações do proletariado, em diálogo com os avanços obtidos pelos novos estudos sobre a classe trabalhadora (Idem, p. 253-255). Nesse sentido, analiso algumas contribuições teóricas recentes para a historiografia do trabalho, sobretudo aquelas desenvolvidas em torno da noção de “classe trabalhadora”. Identifico, assim, aspectos presentes na discussão desse conceito, como a proposta de ampliação do que se entende por classe trabalhadora e as implicações políticas que essas abordagens

1 Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História da UFF e bolsista CNPq.

2 Alguns textos apresentam balanços acerca da historiografia do trabalho no Brasil e no mundo. Entre eles podemos destacar: Claudio Batalha (2001), Marcel van der Linden (2009) e Leon Fink (2012).

possuem para além do cenário acadêmico. Analisando as virtudes e os limites presentes no referido debate, busco contribuir apontando caminhos a partir dos quais penso ser possível prosseguir com o estudo da classe trabalhadora e de seus movimentos organizados na atualidade.

Ampliando a noção de “classe trabalhadora”

Desde a década de 1980, diferentes propostas surgiram buscando impulsionar a História do Trabalho em meio a um período no qual era identificada a crise nesse campo de estudos³. Entre tais propostas podemos destacar a adoção de um ponto de vista que valorizasse as relações observadas em escala global, proposta, sobretudo, por Marcel van der Linden em embate ao “nacionalismo metodológico” e ao “eurocentrismo”.

A partir da proposta de trabalho em uma perspectiva global, Van der Linden identificou a necessidade de ampliação do conceito de “classe trabalhadora” tal qual definido por Marx. Apesar de considerar que a análise marxiana “ainda é a melhor que possuímos”, o autor afirma a existência de pontos fracos. Segundo Van der Linden, Marx teria restringido as formas de mercantilização da força de trabalho no contexto do modo de produção capitalista a uma única forma, o “trabalho assalariado livre”. Disso decorreria que “se apenas a força de trabalho dos assalariados livres é mercantilizada, fica subentendido que, no capitalismo, a ‘verdadeira’ classe trabalhadora só pode consistir desses trabalhadores”, que disponham da sua própria força de trabalho e não possuam outras mercadorias para colocar à venda (LINDEN, 2013b, p. 28).

Marcel van der Linden atribui à perspectiva de classe trabalhadora expressa por Marx uma série de exclusões, a partir das quais não seria possível generalizá-la. Em primeiro lugar, excluiria os casos em que o trabalho não é remunerado, como no caso do trabalho de subsistência, na maioria das vezes desempenhado por mulheres da família trabalhadora e destinado a reproduzir a força de trabalho assalariada. Além disso, o autor considera as exclusões de trabalhadores que são inseridos pelo marxismo em outras categorias à parte, como o lumpemproletariado e os escravizados (Idem, p. 37). A partir dessas constatações, o autor diverge da categoria de “proletariado” proposta por Marx, argumentando que as delimitações nela contidas “não seguiram sempre o

3 Tal crise, associada à redução do peso político do movimento operário e à ascensão do neoliberalismo, é abordada de forma mais detalhada por Leon Fink (2012, p. 15-17).

desenvolvimento lógico de sua crítica da economia política”, repercutindo seus “impulsos morais, cogitações e vontades políticas” (Idem, p. 60). Indo além, Marcel van der Linden (2013b, p. 70) afirma:

A exclusão do lumpemproletariado e dos escravos não foi bem ponderada. Tem-se a impressão de que primeiro Marx proclamou os “duplamente livres” trabalhadores assalariados como os sujeitos revolucionários no campo filosófico, e depois reuniu alguns argumentos que eram, em parte, de natureza *ad-hoc*. O resultado foi uma teoria sobre a classe operária com inconsistências empíricas e lógicas – não apenas com respeito à exclusão de grupos como os lumpemproletários e escravos, mas também quando se trata do proletariado “real” (grifos do autor).

Caminhando rumo a novos conceitos, Van der Linden busca uma noção que contemple de forma satisfatória as nuances existentes entre os trabalhadores assalariados “livres” e as demais formas de trabalho elencadas, compreendendo que as fronteiras existentes entre tais formas são muitas vezes definidas de forma vaga. Nesse sentido, propõe o conceito de “trabalhadores subalternos”, definido a partir do aspecto da mercantilização da força de trabalho, mesmo que ocorra de diferentes formas. Assim,

todo portador ou portadora de força de trabalho cuja força de trabalho é vendida (ou alugada) a outra pessoa em condições de compulsão econômica ou não econômica pertence à classe dos trabalhadores subalternos, independentemente de o portador ou portadora da força de trabalho vender ou alugar ele mesmo sua força de trabalho, e independentemente de o portador ou portadora possuir meios de produção. [...] A base de classe comum a todos os trabalhadores subalternos é a mercantilização coagida de sua força de trabalho (LINDEN, 2013b, p. 41; grifos do autor).

Portanto, segundo essa noção expandida de classe trabalhadora, os diferentes grupos nela incorporados teriam em comum tanto a exploração por parte dos patrões quanto o fato de sofrerem pressões no sentido de mercantilizar sua própria força de trabalho. Tais elementos indicariam também a existência de “um interesse de classe comum pela transcendência do capitalismo” (Idem, p. 74). Percebe-se que Marcel van der Linden não ignora a presença do elemento político enquanto relevante para a compreensão do proletariado. Ao contrário, o entendimento de que outros grupos além dos assalariados “livres” também eram potencialmente antagônicos ao capitalismo contribui para a sua inclusão em uma mesma categoria de “trabalhadores subalternos”⁴.

4 O termo proposto por Van der Linden apresenta algumas variações. Em alguns momentos o autor defende a noção de “trabalhadores subalternos”; em outros, a inclusão de outros grupos de trabalhadores na própria categoria de “proletariado”. De qualquer forma, sempre parte da necessidade

A concepção de classe trabalhadora apresentada por Marcel van der Linden recebeu uma série de comentários e críticas. Raquel Varela considerou, em primeiro lugar, a contribuição de van der Linden “mais como um complemento a Marx do que como um contraponto” (VARELA, 2010, p. 371). Porém, apontou algumas considerações importantes quanto a este complemento. Segundo a autora, na medida em que Marx elaborou um “modelo de compreensão e transformação da sociedade”, isso implicaria a necessidade de levar em conta ao menos dois elementos. Primeiramente, o fato de tratar-se de um modelo. Nesse sentido, o aspecto “livre” do trabalho assalariado não era superestimado, havendo a compreensão dos seus limites a partir das diversas formas de coerção que têm lugar na relação capital-trabalho. Além disso, o trabalho assalariado “livre” não é entendido de forma absoluta, como a única forma de trabalho capitalista, mas sim enquanto uma tendência. Ou seja, o modelo proposto por Marx comporta contra tendências e, assim, o fato de haver variações nas formas de trabalho encontradas na realidade não anula sua validade explicativa (Idem, p. 371-372)⁵.

Outro elemento a ser levado em conta, de acordo com Raquel Varela, é o caráter político de transformação da realidade contido na obra de Marx, ou em outras palavras, “o debate da análise dos fatores subjetivos na investigação histórica”. Nesse sentido, o conceito de classe trabalhadora para Marx, na medida em que possuía um propósito transformador, apresentava uma “análise política e subjetiva da realidade”. Entende-se, assim, que, apesar de existirem diversas formas de mercantilização da força de trabalho na realidade, nem todas elas possuem o mesmo valor político. Varela (2010, p. 373) exemplifica afirmando que “uma greve de trabalhadoras domésticas não tem o mesmo impacto que uma paralisação no setor de transportes e uma greve nos países periféricos é suportada pelo sistema de forma muito mais prolongada do que nos países centrais”. Esse fato ocorre enquanto uma consequência política da inserção desses e dessas

de ampliação das fronteiras do conceito marxista, abrangendo a necessidade de incorporação de todos os trabalhadores cuja força de trabalho é mercantilizada.

5 O próprio Van der Linden reconhece que a tendência ao trabalho assalariado “livre” se verificou na realidade capitalista: “Mesmo que tivermos êxito em desenvolver uma teoria geral coerente, capaz de explicar por que os empregadores às vezes empregam trabalho assalariado livre e às vezes não, fica ainda em aberto a questão de por que o trabalho assalariado livre se tornou a forma normal de trabalho dependente nas sociedades capitalistas avançadas [...]. Pelo termo ‘normal’, quero dizer, no presente contexto, tanto que o trabalho assalariado ‘livre’ se tornou a forma dominante de mercantilização do trabalho, como também que todas as formas de trabalho não livre passam a ser vistas como censuráveis e ilegais, mesmo que ainda existam” (LINDEN, 2013b, p. 62).

trabalhadoras no processo de acumulação de capital, bem como das diferenças políticas existentes no mundo, decorrentes da desigualdade das suas relações.

Apesar das críticas e apontamentos à concepção de Marcel van der Linden, Raquel Varela reconhece os méritos do trabalho do autor. Bem menos fraterna é a crítica a ele direcionada por Tom Brass. Segundo este, a análise teórica de Van der Linden seria simplesmente incompatível com o marxismo, uma vez que a categoria de “trabalhadores subalternos” reafirmaria identidades políticas pós-modernas (BRASS, 2017, p. 11)⁶.

Tom Brass inicia seu texto identificando duas formas diferentes de críticas ao marxismo que supostamente buscariam a sua “renovação” (e em alguma medida estariam articuladas): o questionamento de conceitos centrais, como “classe social” e “luta de classes”; ou a busca por um sujeito histórico revolucionário alternativo à classe trabalhadora. No que se refere ao questionamento do conceito de classe trabalhadora enquanto categoria política e analítica, Brass afirma que isso se fazia por dois meios distintos: em primeiro lugar, afirmando-se que tal noção não era mais relevante no mundo contemporâneo, a partir das transformações no âmbito produtivo; além disso, defendendo-se a necessidade de ampliação do conceito, chegando a uma categoria que abarcaria praticamente todo mundo. Nesse segundo caso, no qual se situa Van der Linden, novas identidades, interesses e valores sem conteúdo classista eram projetados sobre os diferentes grupos no interior dessa “classe trabalhadora inclusiva” e, na prática, se sobrepunham aos valores classistas (BRASS, 2017, p. 11).

Inserindo-o em um histórico de propostas que, direta ou indiretamente, rejeitavam o entendimento marxista acerca da classe trabalhadora por meio da afirmação da busca de um “novo sujeito histórico revolucionário”, Tom Brass discute o conceito de “*proletarian multiverse*”, proposto por Van der Linden. Essa noção incorporaria, ao lado do proletariado, a pequena burguesia e o lumpemproletariado, de forma indiferenciada. Segundo Brass (2017, p. 12), esses últimos grupos não apresentariam historicamente uma atuação revolucionária, postulando objetivos

6 Cabe ressaltar que a crítica de Brass se dirige ao livro *Beyond Marx: theorising the global labour relations of the Twenty-First Century*, escrito por Marcel van der Linden junto a Karl Roth. Neste trabalho, aparentemente, os autores apresentam uma rejeição ao marxismo mais explícita do que nos textos de Van der Linden anteriormente citados. Por exemplo, afirma-se: “se alguém deseja permanecer um revolucionário, precisa abandonar o marxismo”; “a teoria marxista do valor é obsoleta [e] a teoria da revolução precisa ser completamente reconceituada” [LINDEN e ROTH, 2014 *apud* BRASS, 2017, p. 14 (tradução minha)].

socialistas, mas sim o contrário: sua agência política seria conservadora. Reivindicando-se enquanto “progressista”, uma vez que teria como base a incorporação de grupos possivelmente antagônicos ao capitalismo, o conceito de Van der Linden seria, na verdade, populista.

É possível identificar, portanto, que, apesar de ser colocada em termos muito mais duros, a crítica de Tom Brass à concepção ampliada de classe trabalhadora aponta em um sentido similar a de Varela, qual seja, a eliminação do conteúdo político presente na análise de Marx. Considerando esse elemento, o texto de Brass apresenta uma importante contribuição, localizando historicamente o movimento teórico de busca por um “novo sujeito revolucionário”. Apesar deste não ser necessariamente o objetivo expresso por Marcel van der Linden, é possível concordar com Brass acerca da relação entre tal exercício conceitual e uma abordagem que pretenda “ampliar” a noção de classe trabalhadora.

Segundo Brass, observa-se uma guinada epistemológica na segunda metade do século XX, iniciada com as transformações na economia industrial a partir da década de 1950. Na percepção de alguns observadores, a partir desse momento não seria mais possível afirmar que os trabalhadores eram oprimidos economicamente, o que se justificaria pelo crescimento industrial no contexto pós-guerra, conjugado ao surgimento do Estado social na Europa. Em alguma medida, Marcel van der Linden se aproxima desta interpretação, uma vez que, ao criticar o que considera serem “inconsistências empíricas e lógicas” na teoria marxista da classe operária, defende que Marx subestimou a capacidade do capitalismo incorporar o proletariado. Seguindo, argumenta que essa incorporação ocorreu em um sentido político, mas também a partir da elevação dos padrões de consumo e das mudanças tecnológicas na produção. Especificamente essas últimas, teriam contribuído na medida em que reduziram a participação do componente trabalho no processo produtivo, ao passo que proliferaram empregos nos setores de distribuição e serviços (LINDEN, 2013a, 72-73). Trata-se de uma análise na qual Van der Linden de fato se aproxima de paradigmas que rejeitam o papel político da classe trabalhadora (entendida em termos marxistas) na sociedade.

Dando prosseguimento à sua análise deste contexto histórico, Tom Brass relaciona essa nova percepção sobre a situação da classe trabalhadora ao fortalecimento

da ideia de que seria necessário encontrar um novo sujeito revolucionário. Na medida em que, no terreno econômico, o conflito de classes teria sido enfraquecido ou mesmo apagado, o enfoque das abordagens se voltava para o elemento cultural. Esse processo culminou na rejeição do elemento central do marxismo, com a adoção de uma abordagem centrada em identidades culturais e a emergência de conceitos “populistas”, tais quais “subalternos” ou “multidão”. Brass (2017, p. 16-18) caracteriza esse movimento como “‘novo’ pós-modernismo populista”.

Em busca de “novos” sujeitos sociais

O momento de virada teórica indicado no texto de Tom Brass se relaciona a mudanças percebidas nas abordagens da História do Trabalho, como exemplifica o trabalho de Marcel van der Linden. Porém, como não poderia deixar de ser, a busca por um “novo sujeito revolucionário” também impactou diretamente a concepção e a atuação dos movimentos sociais a partir da segunda metade do século XX, o que se observa especialmente no chamado “Terceiro mundo”.

Marcelo Badaró Mattos, ao analisar as compreensões estabelecidas acerca de processos de lutas antissistêmicas desencadeadas na América Latina durante o século XX, observou a tendência a identificar tais lutas a “novos sujeitos”, o que implica, mesmo que implicitamente, considerar a existência de um “velho sujeito histórico”. Nesse sentido, o que tais análises afirmam é que processos como a rebelião zapatista em Chiapas, no México, foram protagonizados por agentes sociais distintos daqueles responsáveis pelas principais revoluções sociais ao longo do século XX (MATTOS, 2009, p. 2).

Os argumentos que embasam a afirmação da emergência desses “novos sujeitos” são vários. Por exemplo, diz-se que o processo de industrialização, durante o século XIX, teria originado a classe trabalhadora como sujeito histórico; entretanto, as transformações tecnológicas e a globalização teriam criado novos sujeitos. Além disso, algumas análises, como já foi afirmado, entendem que, com tais transformações econômicas e tecnológicas, o núcleo do sistema capitalista teria se deslocado das grandes fábricas e indústrias e, conseqüentemente, da classe trabalhadora. Por fim, Mattos (2009, p. 5) observa que, em meio a tais processos, determinadas análises

entenderam ser necessário ampliar a noção de classe trabalhadora a fim de incorporar todas e todos que expressam resistências no seu cotidiano. Dessa forma, fica expresso que, segundo tais interpretações, o “velho sujeito” que buscam superar seria a classe trabalhadora.

O autor prossegue sua análise defendendo que tais interpretações partem de uma noção reducionista da classe trabalhadora, o que estaria em desacordo inclusive com a concepção proposta por Marx e Engels. Segundo afirma, tais autores nunca restringiram a classe trabalhadora àqueles que desempenham trabalho produtivo, ou seja, aquele trabalho que produz diretamente mais-valor (não resumido, assim, ao trabalho fabril). Citando Daniel Bensaïd, Mattos afirma que, a partir da obra de Marx, as classes não podem ser determinadas apenas a partir das relações de produção, mas que devem ser considerados diversos fatores:

“as relações de propriedade, a luta pelo salário, a divisão do trabalho, as relações com os aparelhos de Estado e com o mercado mundial, as representações simbólicas e os discursos ideológicos. Portanto, o proletariado não pode ser definido de modo restritivo, em função do caráter produtivo ou não do trabalho” (BENSAÏD, 2008 *apud* MATTOS, 2009, p. 7).

Além disso, Marcelo Badaró Mattos enfatiza um ponto fundamental quanto à compreensão marxista da questão das classes sociais no capitalismo: a presença do âmbito político. O desenvolvimento do capitalismo apresentava uma particularidade em relação ao de outros modos de produção, uma vez que concretizava a possibilidade da classe dominada tomar consciência da sua exploração. Nesse sentido, a análise do desenvolvimento histórico das classes sociais no interior do capitalismo (e particularmente da classe trabalhadora) extrapolava o âmbito econômico, a partir da afirmação do elemento da consciência de classe. Na medida em que este fator se fazia presente, a análise das classes “assumia uma dimensão política com potencial transformador” (MATTOS, 2009, p. 7-8).

Compreendendo, portanto, a classe trabalhadora a partir de uma perspectiva restrita, os analistas (e também militantes) desses “novos movimentos sociais” não a percebem na realidade tal qual ela se apresenta a partir das transformações que se observaram desde meados do século XX. Com isso, rejeitam a classe trabalhadora enquanto sujeito histórico, afirmando que sua relevância estaria datada, ao passo em que buscam substituí-la por outros agentes.

Tom Brass, por sua vez, também critica determinados pressupostos nos quais se pautam segmentos dos movimentos sociais contemporâneos, principalmente no Sul global. Relacionando-os ao que chamou de “‘novo’ pós-modernismo populista”, Brass constata que houve, a partir dos anos 1980, uma valorização da identidade étnica/camponesa entendida enquanto uma “essência pura”, supostamente livre do capitalismo, e dessa sua marginalidade enquanto uma forma de “empoderamento”. Rejeitava-se, assim, conceitos afirmados durante a década de 1960 como “modernidade”, “desenvolvimento” e “progresso”, associados à inserção do desenvolvimento capitalista nessas sociedades. Ao mesmo tempo, rejeitava-se a noção de “classe social”, substituindo-a por uma “forma de agência específica” que não objetivava a tomada revolucionária do poder, mas sim uma “resistência diária”. Nesse sentido, se afirmava uma “ideologia anticapitalista” pautada em categorias de “alteridades culturais” e no retorno a uma cultura tradicional. O resultado era a substituição do proletariado pela noção de “subalternos”, cuja agência ocorria em termos não-classistas (BRASS, 2017, p. 21-22).

Os textos de Marcelo Badaró Mattos e de Tom Brass tornam possível, portanto, perceber os impactos da rejeição da classe trabalhadora enquanto agente histórico revolucionário nos movimentos sociais na atualidade. Seja por meio da negação da classe trabalhadora enquanto uma categoria relevante no capitalismo contemporâneo (o que ocorre a partir de uma compreensão que a restringe ao operariado fabril) ou da sua ampliação e dissolução no conceito de “subalternos”, onde as identidades culturais não-classistas se sobrepõem à consciência de classe, em ambos os casos a agência histórica da classe trabalhadora é substituída pela de outros grupos. Assim, ao mesmo tempo em que afirmam uma ideologia “anticapitalista”, tais movimentos sociais pautados em “novos sujeitos históricos” rejeitam, na prática, a perspectiva revolucionária vinculada à luta de classes e à postulação da tomada do poder pela classe trabalhadora.

Um breve comentário: o abandono da dimensão política da classe trabalhadora

A partir do exposto até aqui, acredito ser possível estabelecer uma relação entre os elementos até então analisados: as mudanças quanto aos objetos privilegiados pela

História do Trabalho nas últimas décadas; a proposta de expansão do conceito de classe trabalhadora; e a busca por novos sujeitos revolucionários.

Como mencionado anteriormente, tais preocupações teóricas se vinculam ao contexto histórico no qual foram desenvolvidas, no caso, às transformações econômicas e políticas promovidas pelo desenvolvimento do capitalismo a partir da segunda metade do século XX e, sobretudo, após 1980. Em decorrência das mudanças engendradas por tais processos, o papel político de agente histórico da revolução socialista, a partir do qual a classe trabalhadora é concebida pelo marxismo, foi relativizado ou mesmo explicitamente rejeitado. Na medida em que isso ocorria, uma alternativa encontrada foi a ampliação do que se entendia por “classe trabalhadora” que, como exposto na análise de Tom Brass, alcançou uma dimensão super inclusiva. Esse movimento levou a propostas como os conceitos de “subalternos”, “multidão” ou “trabalhadores subalternos”, este último proposto por Marcel van der Linden. Por sua vez, no âmbito dos movimentos sociais, tornou-se necessário encontrar outro grupo a quem pudesse ser atribuído o protagonismo da agência histórica, ou seja, um “novo” sujeito revolucionário. Buscou-se construir tal grupo a partir de critérios identitários diversos, como demonstram as análises do próprio Tom Brass e de Marcelo Badaró Mattos. Já no campo acadêmico da História do Trabalho, o processo ocasionado por tais mudanças é perceptível na alteração dos temas mais populares entre os profissionais desta área. Assim, a exclusão de temas como o movimento operário e as organizações políticas de trabalhadores pode ser explicada na medida em que a dimensão política da classe trabalhadora era cada vez menos considerada. Dessa forma, novos temas foram buscados, em geral, no âmbito da cultura e do cotidiano dos trabalhadores.

O que busco destacar, portanto, é que em todos os casos trata-se de um apagamento das possibilidades de atuação política em termos classistas e com um horizonte revolucionário, o que se manifesta tanto nas lutas políticas atuais quanto na pesquisa historiográfica. Tal apagamento, por sua vez, se conecta à exclusão da dimensão política a partir da qual o marxismo compreende a classe trabalhadora.

A concepção leninista de partido: perspectivas teóricas para a História do Trabalho e para a atuação política revolucionária

Após a análise e o balanço realizados até aqui, busco, por fim, contribuir no sentido de possíveis abordagens teóricas para o estudo dos partidos políticos da classe trabalhadora enquanto objeto. Explicito, além disso, que tal contribuição parte da necessidade de aliar a pesquisa acadêmica ao engajamento político, uma vez que, como afirmado nas seções anteriores do texto, os dois âmbitos se relacionam intimamente mediados por determinadas reflexões teórico-conceituais.

Escrito por Vladimir Lenin em 1902, em polêmica com aqueles a quem chamou de “economistas”, tendência considerada oportunista no seio da social-democracia russa, o livro *Que fazer?* apresenta possibilidades para a construção de um referencial teórico em torno da noção de “partido político”. Ao longo do debate travado na obra, cujos eixos são o caráter da agitação política e as tarefas de organização da social-democracia russa, Lenin estabelece reflexões acerca do desenvolvimento da consciência de classe, da concepção organizativa da vanguarda e das relações entre a vanguarda do movimento político e as massas.

Em primeiro lugar, no que diz respeito à agitação e às tarefas políticas, Lenin se opunha ao que defendiam os “economistas”, segundo os quais a luta política dos trabalhadores estaria subordinada à sua luta econômica. Em outras palavras, tal corrente enfatizava a centralidade das mobilizações dos trabalhadores realizadas em torno de aspectos mais imediatamente relativos à sua vida econômica, aos locais de trabalho e à vida profissional. Conduziam, assim, a uma perspectiva de luta por reformas econômicas, a um reformismo que postulava apenas as lutas com “resultados tangíveis” (LENIN, 1979, p. 43-47). A posição defendida por Lenin afirmava que a social-democracia deveria promover a agitação não apenas em torno da luta econômica, mas de todas as questões que revelassem a opressão na vida social. Compreendia-se a importância da luta por reformas econômicas, mas subordinada à luta política revolucionária (Idem, p. 50).

A partir dessa divergência relativa ao entendimento das tarefas do partido e à oposição que apresenta quanto à ênfase na política sindical ou social-democrata, decorre, segundo Lenin (1979, p. 77), a questão que diz respeito à estrutura da organização. Isso porque, de acordo com o revolucionário russo, a estrutura que a organização política apresentava refletia as tarefas às quais ela se propunha. Assim,

argumenta que a tendência “economista”, ao estabelecer como tarefa “conferir à própria luta econômica um caráter político”, vinculava-se a métodos artesanais de organização, a uma perspectiva de desenvolvimento espontâneo dos círculos de organização e sem um plano sistemático de desenvolvimento a longo prazo. O resultado era a adoção de princípios organizativos estreitos e a exaltação da falta de preparação (Idem, p. 81).

Opondo-se aos métodos artesanais, Lenin concebia como urgente a tarefa de criação de uma “organização revolucionária capaz de assegurar à luta política energia, firmeza e continuidade”, sem rebaixar as tarefas políticas e de organização “ao nível dos interesses imediatos, ‘tangíveis’, ‘concretos’ da luta econômica cotidiana” (Idem, p. 82). Amadurece, assim, a concepção leninista de partido, apresentando uma diferenciação entre a “organização dos operários” e a “organização de revolucionários”. Segundo o autor, “a organização de um partido social-democrata revolucionário deve necessariamente constituir um gênero diferente da organização dos operários para a luta econômica”. Ao passo que esta última deveria se organizar a partir de cada categoria profissional, tendo o maior tamanho possível e apresentando-se de forma legal; aquela deveria se reduzir aos revolucionários profissionais, não sendo muito extensa e possuindo ao máximo um caráter clandestino (Idem, p. 86-87).

Analisando as contribuições de Lenin, Hector Benoit (1998) sistematiza tal entendimento acerca da organização, agregando elementos à compreensão do partido político no interior do marxismo. O autor identifica de que forma a concepção formulada pelo revolucionário russo acerca do partido político em sua obra apresenta a síntese dialética entre duas concepções existentes anteriormente. Por um lado, a organização leninista apresentava o caráter militarizado, centralizado, ilegal e, portanto, exterior à classe operária, próprio às organizações “jacobino-blancuistas” que se desenvolveram entre a Revolução Francesa e meados do século XIX; por outro, Lenin defendia um partido de massas, aos moldes dos partidos social-democratas construídos durante a segunda metade do século XIX, desenvolvendo ampla atividade de agitação e propaganda nos espaços legais e destinado a concretizar a revolução, esta entendida enquanto a autoemancipação do proletariado.

Estabelece-se, assim, em um primeiro momento, uma distinção clara entre dois níveis organizativos que expressam níveis de consciência diferenciados: o

clandestino/extraoperário, composto por revolucionários profissionais conscientes acerca da teoria marxista; e o legal/vinculado às massas, formado por aqueles recém-ingressos no movimento a partir de conflitos econômicos. A grande contribuição de Lenin para a teoria do partido, segundo Benoit, está na integração entre tais esferas por meio do trabalho da práxis. Apesar de existir desde o primeiro momento do processo de construção do partido enquanto um elemento “pressuposto”, o elemento clandestino (vanguarda consciente) precisa afirmar-se por meio da práxis. Assim, volta-se para a camada legal que expressa os níveis inferiores de consciência, buscando elevá-la e unificá-la a si. Dessa forma, opera-se a integração entre as camadas que de início encontravam-se apartadas, integração que ocorre na medida em que a vanguarda afirma-se enquanto direção histórica do proletariado (BENOIT, 1998, p. 55-56). Trata-se, portanto, de acordo com Benoit, de compreender a teoria do partido político enquanto um processo no qual existem diferentes camadas e níveis de consciência que, entretanto, não aparecem de forma estanque. Nas palavras do autor:

a teoria leninista de partido não é assim nenhum dos momentos tomados isoladamente, mas, muito mais, é essencialmente o próprio *processo dialético* ou o movimento que se desenvolve do *ilegal* (vanguarda) ao *legal* (a maioria do proletariado) que retorna ao *ilegal* (insurreição). A própria diferenciação dos níveis organizativos, tão insistentemente posta, tende para a dissolução, não de maneira imediata, mas sim, na instância da teoria plenamente realizada (Idem, p. 60; grifos do autor).

No que se refere à consciência de classe, outro elemento central para o entendimento da atuação dos partidos revolucionários junto aos trabalhadores, *Que fazer?* também expressa importantes contribuições do seu autor. Em continuidade à polêmica com os “economistas”, Lenin pauta a questão da relação entre a consciência e a espontaneidade das massas, se contrapondo ao referido grupo na medida em que, no seu entender, desenvolviam um “culto do espontâneo”. Essa posição “economista” estaria manifesta, por exemplo, na defesa de que os operários se encarregassem da sua própria sorte, “arrancando-a das mãos de seus dirigentes”; na sobrevalorização da luta exclusivamente econômica; ou no lema expresso por tal corrente, qual seja, “os operários pelos operários”. Era precisamente este entendimento acerca das manifestações espontâneas/econômicas dos trabalhadores, que segundo Lenin constituía “o completo aniquilamento da consciência pela espontaneidade”, que conduzia à

política sindical e às formas de organização artesanais anteriormente criticadas (LENIN, 1979, p. 27-29).

Ao analisar as greves do proletariado russo na década de 1890, Lenin afirma que o elemento espontâneo do movimento de massas “não é senão a forma embrionária do consciente”. Assim, tais movimentos, relativamente espontâneos, constituíam lutas de caráter sindical (econômico), não social-democrata (revolucionário). Nas palavras do autor,

marcavam o despertar do antagonismo entre operários e patrões; porém, os operários não tinham, e não podiam ter, consciência da oposição irreduzível e de seus interesses com toda a ordem política e social existente, isto é, a consciência social-democrata. [...] Esta só podia chegar a eles a partir de fora (Idem, p. 24).

E mais a frente, rebatendo uma acusação segundo a qual a social-democracia revolucionária opunha o seu programa ao movimento operário, “como um espírito pairando acima do caos informe”, diz: “mas, qual é o papel da social-democracia, senão o de ser o ‘espírito’ que não somente paira acima do movimento espontâneo, mas *eleva* este *ao nível de ‘seu programa’?*” (Idem, p. 41; grifos do autor). Longe de “desconsiderar” ou “subestimar” a espontaneidade, o que se afirma é que o movimento espontâneo impõe novas tarefas à vanguarda, tanto políticas quanto de organização.

As contribuições teóricas de Lenin sobre o partido político e, principalmente, sobre a consciência de classe dos trabalhadores, atualmente não são bem aceitas na historiografia do movimento operário. Pode-se dizer, inclusive, que sequer são consideradas entre a maioria dos historiadores e historiadoras estudiosas do tema. Como exemplo, podem-se mencionar as considerações de E. P. Thompson, um dos mais influentes historiadores do trabalho e da classe trabalhadora, que atribui a ideia de uma “falsa consciência” de classe à abordagem leninista do conceito (THOMPSON, 2012, p. 279). Além disso, segundo o historiador inglês a concepção de Lenin também carregaria um conteúdo “vanguardista”. Nas palavras do autor:

em uma forma comum, geralmente leninista, isso [uma abordagem abstrata e estática do conceito de ‘classe’] fornece uma boa justificativa para uma política de ‘substitutivos’, como aquele de uma ‘vanguarda’ que saberia mais que a própria classe quais seriam tanto o interesse verdadeiro quanto a consciência mais conveniente a essa mesma classe (THOMPSON, 2012, p. 272)⁷.

7 Ressalte-se que grande parte das concepções teóricas de Thompson foram dirigidas contra a apreensão stalinista do marxismo, autoproclamada “marxismo-leninismo”. Entretanto, no texto em

Entretanto, alguns elementos podem contribuir no sentido de distanciar Lenin das referidas acusações. Em primeiro lugar, deve-se opor Lenin à ideia de uma “falsa consciência de classe” na medida em que ele afirma explicitamente que “*os tumultos primitivos já traduziam certo despertar da consciência*” (LENIN, 1979, p. 24; grifos meus). Assim, reconhece-se já na consciência sindical a convicção e identificação de interesses entre os trabalhadores, bem como sua luta contra os patrões e o governo. Portanto, ao afirmar a distinção entre os dois elementos, não se trata de opor às massas em um suposto estado primitivo, amorfo e enganadas por uma “falsa consciência”, uma consciência de classe “verdadeira” transmitida pela vanguarda. Trata-se, sim, de afirmar a possibilidade de identificação de diferentes momentos ou formas de consciência de classe das massas.

Cabe ainda citar que o revolucionário russo está longe de conceber a consciência social-democrata/revolucionária como sendo elaborada exclusivamente “fora” da classe operária e a ela imposta. Os operários também participam dessa elaboração, “mas não participam na qualidade de operários, participam como teóricos do socialismo”. É possível e desejável que os operários busquem tal elaboração, no que “são limitados” por alguns “intelectuais (deploráveis)” que “pensam que é suficiente falar ‘aos operários’ da vida da fábrica e repisar aquilo que eles já sabem há muito tempo” (Idem, p. 31-32). Diante das formulações do próprio Lenin, as objeções quanto a um “vanguardismo”, quanto à ideia de que ele oporia a vanguarda à própria classe trabalhadora, não se apresentam de forma válida.

Por fim, penso que a concepção leninista de partido pode ser profícua para a realização da pesquisa histórica sobre os partidos políticos no âmbito da História do Trabalho, uma vez que permite apreender o desenvolvimento histórico das organizações políticas de forma dinâmica, considerando-as em sua relação com o proletariado. Além disso, postula reflexões sobre a consciência de classe das trabalhadoras e trabalhadores, retomando a presença da distinção entre o caráter reformista/sindicalista e revolucionário/socialista possivelmente associados a essa consciência.

questão, o autor se refere ao “leninismo”, sem especificar qualquer referência à leitura stalinista da obra leniniana. Considero, dessa forma, que a crítica seja direcionada ao próprio Lenin.

Porém o referencial leninista não se restringe ao estudo histórico dos partidos políticos, sendo também positivo para a reafirmação da crítica a certo sentido no qual recentemente se desenvolveram as reflexões teóricas sobre a classe trabalhadora. Avançando em direção contrária à de grande parte dessas reflexões recentes, o arcabouço teórico baseado na obra de Lenin resgata também a dimensão política da classe trabalhadora, tal qual pressuposto pelo marxismo. Dessa forma, trata-se de uma perspectiva cujo aporte vai além do espaço acadêmico, permitindo postular o engajamento militante da pesquisa histórico-científica e a afirmação da classe trabalhadora enquanto sujeito histórico revolucionário.

Referências bibliográficas

BATALHA, Claudio. A historiografia da classe operária no Brasil: trajetórias e tendências. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2001, p. 145-158.

BENOIT, Hector. Teoria (dialética) do partido ou a negação da negação leninista. *Outubro*, nº 2, fev de 1998, p. 47-61.

BRASS, Tom. Who these days is not a subaltern? The populist drift of Global Labor History. *Science & Society*, v. 81, nº 1, jan 2017, p. 10-34.

FINK, Leon. A grande fuga: como um campo sobreviveu a tempos difíceis. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 32, nº 64, 2012, p. 15-25.

LENIN, Vladimir. *Que fazer?* As questões palpitantes do nosso movimento. São Paulo: Editora Hucitec, 1979.

LINDEN, Marcel van der. História do trabalho: o velho, o novo e o global, *Revista Mundos do Trabalho*, v. 1, nº 1, jan-jun 2009, p. 11-26.

_____. Proletariado: conceito e polêmicas. *Outubro*, nº 21, 2º semestre de 2013a, p. 55-79.

_____. *Trabalhadores do mundo: ensaios para uma história global do trabalho*. Campinas: Edunicamp, 2013b.

MATTOS, M. B. Trabalho, classe e sujeito social da revolução: o debate sobre a América Latina. In: *6º Colóquio Internacional Marx e Engels*. Campinas, 2009. Anais eletrônicos...Campinas: Cemarx, 2009. p. 1-10.

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019

MONTEIRO, Marcio Lauria. Partidos políticos enquanto objetos de estudo: um balanço crítico de sua trajetória e das abordagens predominantes. *Marx e o Marxismo*, v. 4, n. 7, jul/dez 2016, p. 234-257.

THOMPSON, E. P. Algumas observações sobre classe e “falsa consciência”. In: _____. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Organização: Antonio Luigi Negro e Sergio Silva. Campinas: Editora da Unicamp, 2012, p. 269-281.

VARELA, Raquel. Quem é a classe trabalhadora? *Cadernos AEL*, v. 17, nº 29, 2010, p. 367-378.